



Em reunião presidida por Marco Maciel (E), a CCJ aprovou, dentre outras matérias, proposta que visa agilizar a atuação da Justiça brasileira

## Restrição à venda de bebida alcoólica em posto

A Comissão de Justiça aprovou ontem projeto de Marcelo Crivella que proíbe a venda e a ingestão de bebidas alcoólicas destiladas, ou cuja temperatura permita o consumo imediato, em postos de combustíveis e em qualquer estabelecimento ao longo das rodovias. **Página 4**

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.706 – Brasília, quinta-feira, 8 de novembro de 2007



Tião Viana (E), ACM Neto, Expedito Júnior, Antonio Carlos Júnior e Efraim

## Homenagens a Ramez Tebet e ao Interlegis

O Senado celebrou ontem os dez anos de criação do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. Em outra solenidade, o auditório do Interlegis (foto) recebeu o nome de Senador Antonio Carlos Magalhães. O Plenário também homenageou Ramez Tebet, ex-presidente do Senado, falecido em novembro do ano passado. **Página 8**

## Senado mostrará destino de verbas de senadores

A Mesa diretora do Senado decidiu divulgar na página da instituição na internet a prestação de contas da verba indenizatória de R\$ 15 mil que cada senador recebe mensalmente. **Página 7**

## PMDB fecha questão a favor da CPMF

O líder do PMDB, Valdir Raupp, informou que o partido fechou questão pela aprovação da proposta que prorroga a CPMF desde que sejam tomadas “medidas que sinalizem redução da carga tributária”. **Página 6**

## Cidades devem receber mesma cota do FPM

Plenário aprova projeto complementar de Romero Jucá que mantém para 2008 os coeficientes utilizados em 2007 para repartição do fundo

A proposta acolhida pelo Senado será examinada agora pela Câmara dos Deputados. O IBGE divulgou no início de outubro os números preliminares da contagem da população brasileira feita em 2007. O resultado apontou uma redução no

número de habitantes em vários municípios, o que implicaria diminuição na cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto de Romero Jucá adia para 2009 a aplicação do novo cálculo para fins de distribuição do fundo. **Página 3**



Jucá (C) disse esperar que o projeto de sua autoria seja examinado o mais rapidamente possível pelos deputados

Presidente da CE, Cristovam Buarque quer aprovação ainda este ano de projeto que estimula a produção independente e regional no rádio e na televisão

## Produção local poderá ocupar 40% da programação de TV

Em audiência conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu a aprovação ainda este ano de projeto da ex-deputada Jandira Feghali que determina um percentual mínimo de 40% de produção regional na programação das emissoras de rádio e televisão (PLC 59/03).

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marisa Serrano (PSDB-MS), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Ideli Salvatti (PT-SC) também apoiaram a proposta de estímulo à produção local de televisão. Jandira, que atualmente é secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói (RJ), informou que o projeto foi apresentado em 1991 e aprovado na Câmara somente em 2003.

– Foram 12 anos de negociações e debates para chegarmos a um



Márcio Novaes, Jandira Feghali, Cristovam, Marco Antônio Coelho Filho e Cícero Aragon

acordo de líderes na Câmara, mas esse acordo não valeu no Senado, onde a matéria já está tramitando há quatro anos – disse.

Jandira Feghali afirmou ainda que o projeto, além de estimular a produção local, incentiva a produção independente.

O presidente da Fundação Cinema (Fundacine) do Rio Grande do Sul, Cícero Aragon, e o assessor da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura – SP), Marco Antônio Coelho Filho, também defende-

ram a proposta. Já o diretor da TV Record e diretor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Márcio Novaes, disse que não concorda com os percentuais mínimos estipulados. Ele lembrou que o governo anunciou na terça-feira uma linha de crédito não-reembolsável para a produção audiovisual independente.

– O governo faz seu papel no fomento. Mas o mercado de algumas regiões não comporta produção independente – frisou.

## Comissão recebe emendas ao Orçamento até o dia 14

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) abriu ontem o prazo para a apresentação das emendas à proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008, que vai até o dia 14.

A abertura do prazo foi possibilitada com a votação do parecer preliminar do relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE). Os líderes decidiram aumentar o valor da cota de recursos para as

emendas individuais dos parlamentares de R\$ 7 milhões para R\$ 8 milhões. Cada um terá direito a apresentar 25 emendas, que somarão R\$ 4,752 bilhões. Em compensação, o montante destinado às emendas coletivas foi reduzido e será distribuído da seguinte forma: R\$ 1,58 bilhão para as emendas das bancadas estaduais, R\$ 3,47 bilhões para as relatorias setoriais e R\$ 1,26 bilhão por indicações do

relator-geral.

Ficou acertado que o governo vai leiloar imóveis e terrenos da União, ao longo de 2008, para complementar os recursos que devem ser adicionados à área da saúde se for aprovada a regulamentação da Emenda 29.

O relatório preliminar também tornou mais rígidas as regras de transferência de recursos para entidades privadas.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário deve votar projeto sobre competência do Cade

A pauta do Plenário, cuja sessão tem início às 14h, está trancada por dois projetos tramitando em regime de urgência. O primeiro estabelece a competência do Cade para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no sistema financeiro nacional; e o segundo altera dispositivos do Código de Processo Penal referentes ao tribunal do júri.

### Comissão de Ciência e Tecnologia ouve ministro

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se em audiência pública para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. O convidado apresentará o Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.

### Consumo e produção de energia

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas promove o seminário *Consumo e Produção Sustentável de Eletricidade no Brasil*, das 9h às 18h. O encontro tem o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista e da WWF-Brasil. Entre os convidados para os debates estão os ministros de Minas e Energia, Nelson Hubner, e do Meio Ambiente, Marina Silva.



### Indicações de embaixadores estão na pauta da CRE

As indicações dos diplomatas Antônio José Maria de Souza e Silva, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique, exercer a mesma função junto às Repúblicas de Seicheles e de Madagascar e ao reino da Sua-

zilândia; de Carlos Augusto Rego Santos Neves, para embaixador do Brasil na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte; e de José Luiz Machado e Costa para o Suriname serão votadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) a partir das 10h.

### CMO realiza três reuniões extraordinárias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove hoje três reuniões extraordinárias para a discussão e votação do relatório preliminar ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008, a se realizarem às 10h, 13h e 15h.



### Brigada Militar do Rio Grande do Sul

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, diligência e reunião em Porto Alegre, com o objetivo de verificar as condições de trabalho e salários da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Papaléo Paes, Valter Pereira, Jayme Campos e Mão Santa



Jayme Campos: termelétrica está parada por falta de combustível

## Jayme Campos quer garantia de gás para MT

Jayme Campos (DEM-MT) pediu ao presidente Lula que reserve ao estado de Mato Grosso um milhão de metros cúbicos de gás por dia, dos 30 milhões que a Bolívia deve, contratualmente, destinar ao mercado brasileiro. Lula se encontrará com o presidente boliviano, Evo Morales, no próximo fim de semana, em Santiago do Chile.

O senador afirmou que há mais de 90 dias a Usina Termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá, está parada, com o corte no fornecimento do gás boliviano. Segundo ele, o estado corre o risco de ter um “apagão” energético antes do fim do ano.

– A usina hoje funciona tão-somente como um monumento à falta de planejamento e à imprevidência do poder público – disse o parlamentar.

## Cresce violência no Pará, afirma Flexa Ribeiro

O aumento da violência no campo e nas cidades do Pará e a “inoperância” da governadora Ana Júlia Carepa foram denunciados ontem por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador disse que, ontem, o Movimento do Sem Terra (MST) interditou a ferrovia de Carajás, impedindo o escoamento da produção da Companhia Vale do Rio Doce.

Ele anunciou que a bancada paraense no Congresso decidiu reunir-se com o presidente Lula para cobrar as promessas que fez durante a campanha, quando afirmou que liberaria recursos para a área de segurança se Ana Júlia Carepa fosse eleita.

Projeto, que ainda depende de votação na Câmara, evita prejuízo a municípios que tiveram redução do número de habitantes

# Senado mantém coeficientes para distribuição do FPM em 2008

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que mantém para 2008 os mesmos coeficientes utilizados em 2007 para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta precisa ser aprovada ainda pela Câmara.

Tramitando em regime de urgência, a matéria foi relatada em Plenário pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem a aprovação do projeto é importante sobretudo para os municípios que mais dependem do fundo.

O IBGE divulgou em outubro os números preliminares da contagem da população do país em 2007. O resultado apontou redução de habitantes em vários municípios, o que implicaria diminuição da cota do FPM. O projeto adia para 2009 a aplicação do novo cálculo na distribuição dos recursos.

Valdir Raupp (PMDB-RO) classificou a proposta como justa e impor-



Mercadante relata ao Plenário proposta que adia novo cálculo para 2009

tante para os prefeitos se prepararem para administrar quando os novos coeficientes forem implantados.

### Rapidez

Por sua vez, José Agripino (DEM-RN) disse que se o projeto não for aprovado pelo Congresso os prefeitos brasileiros, principalmente os das cidades mais pobres, “comerão o pão que o diabo amassou”. O autor da proposição, Romero Jucá, pediu ao presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC), que interceda junto ao presidente da Câmara, deputado Ar-

lindo Chinaglia, para que a matéria possa ser apreciada o mais rapidamente possível pelos deputados.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) opinou que a manutenção dos coeficientes é a maneira mais correta de permitir que os municípios se adaptem à nova realidade. José Nery (PSOL-PA) observou que a decisão do Senado garante minimamente que as prefeituras cumpram suas atribuições.

Já Ideli Salvatti (PT-SC) declarou que os municípios não podem ter, de uma hora para outra, uma diminuição no valor dos recursos do FPM. Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que, se o projeto de Jucá não for aprovado pela Câmara, o aumento de um ponto percentual no repasse do fundo aprovado este ano pelo Congresso não produzirá efeito algum. Mário Couto (PSDB-PA) disse que, devido à importância da matéria, o seu partido concordou em desobstruir momentaneamente a pauta do Plenário.

## Senado aprova embaixadores para França, Canadá e Sri Lanka

O Plenário do Senado aprovou ontem três indicações de embaixadores: José Maurício de Figueiredo Bustani para a representação diplomática na França, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para o Canadá e Pedro Henrique Lopes Bório para o Sri Lanka.

A indicação de Bustani teve como relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Durante a votação, Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou a destituição de Bustani da direção-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq), em 2002, por pressão dos Estados Unidos, após o diplomata ter se empenhado em atrair o Iraque para a organização, o que

possibilitaria inspeções naquele país pela organização. Posteriormente, ele foi embaixador na Grã-Bretanha.

O voto favorável à indicação de Paulo Cordeiro de Andrade Pinto na CRE foi emitido por Pedro Simon (PMDB-RS). Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o embaixador vai para uma missão muito importante, uma vez que o Brasil tem um imenso potencial de parceria com o Canadá a ser explorado.

Já a indicação de Pedro Henrique Lopes Bório foi relatada na comissão por Marco Maciel (DEM-PE). Ministro de segunda classe do Itamaraty, Pedro Bório foi secretário de Cultura do Distrito Federal no último governo do ex-senador Joaquim Roriz.

## Gilvam insiste no fim do exame de ordem

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) voltou a defender, em discurso, projeto de sua autoria que determina a extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício da profissão.

– Até hoje não consigo entender por que as instituições de ensino podem formar médicos, economistas, engenheiros e biólogos aptos a ingressarem no mercado de trabalho, mas não podem fazer o mesmo com os bacharéis de Direito.



Gilvam Borges

## Propostas de voto secreto voltam ao exame da CCJ

As três propostas de emenda à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto no Congresso receberam emenda no Plenário, e por isso voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que emitirá parecer sobre as alterações sugeridas. As emendas, assinadas por 27 senadores, têm como primeiro signatário Almeida Lima (PMDB-SE) e visam introduzir uma norma que garanta, nos julgamentos de processos por quebra de decoro parlamentar, o direito à ampla defesa.

Estão em tramitação as PECs 38/04, do então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que estabelece o voto aberto especificamente no caso de perda de mandato de parlamentares; 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), que extingue a votação secreta em todas as deliberações no âmbito do Congresso; e 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que também limita a extinção do escrutínio secreto aos casos de decretação de perda de mandato.

Transcorreu ontem a quinta e última sessão de discussão das PECs em primeiro turno. Agora, a CCJ tem até 30 dias para dar seu parecer. Quando as matérias voltarem ao Plenário, elas já poderão entrar em processo de votação.

### Reação

A discussão sobre a conveniência de eliminar o voto secreto nas deliberações do Congresso ganhou força neste ano devido ao julgamento do primeiro processo por quebra de decoro parlamentar do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros.

Setores da opinião pública e vários parlamentares atribuíram a absolvição ao mecanismo do voto secreto e ainda à obrigatoriedade de sessão secreta, determinação retirada depois do Regimento Interno com a aprovação de projeto de resolução (55/07) de Delcídio Amaral (PT-MS).

Acolhido em decisão terminativa da CCJ, projeto que coíbe o consumo de bebidas por motoristas irá logo à Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário

## Proposta que amplia pacote antiviolação vai ao Plenário

Proposta de autoria do Executivo que visa tornar mais ágil a atuação do Judiciário recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça. O projeto, que integra o chamado pacote antiviolação, altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos às provas e segue agora para votação em Plenário.

Pela proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

### Perícia

A proposta estabelece que o exame de corpo de delito e outras perícias sejam realizados por perito oficial portador de diploma de curso superior, exigência que não consta na atual lei.

Outra modificação prevê que são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos. Atualmente, a lei estabelece que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova.

O projeto amplia o rol de providências que o juiz poderá tomar para obter a prova da alegação, que, no entanto, continuará cabendo a quem a fizer. O texto em vigor estabelece somente que o juiz poderá, na instrução ou antes de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Segundo o relator do projeto, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), as alterações contribuirão efetivamente para o aperfeiçoamento da lei processual.

– Todos os projetos de reforma do Código de Processo Penal estão fundados no modelo acusatório, reconhecendo o mais apto à consecução de um processo penal não apenas ético, mas igualmente mais simples, célere, transparente e desburocratizado, trazendo maior eficiência e atacando a impunidade.

## 30% das lesões corporais estão associadas ao abuso do álcool



Cerca de **30%** de todos os casos de lesões no mundo estão associados a abuso no consumo de álcool. Essa proporção é maior quando os traumas são causados por acidentes com veículos, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp) pesquisou **518 pessoas** atendidas no pronto-socorro do Hospital São Paulo, no período de três meses, e concluiu que cerca de **13%** dos acidentes cujas vítimas sofreram algum tipo de trauma físico estão associados ao consumo abusivo de álcool.

Entre os traumas sofridos, há desde contusões e cortes superficiais até casos graves de politraumatismo.

Fonte: Cheryl Cherpitel, consultora da OMS

# Aprovada restrição à venda de bebida alcoólica em postos

Projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado proíbe a comercialização, nos postos de gasolina e respectivas lojas de conveniência, de bebidas alcoólicas em condições de serem consumidas imediatamente. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta estende a proibição a qualquer estabelecimento comercial fora do perímetro urbano, ao longo das rodovias.

– Não é uma lei que vai resolver todas as panacéias do mundo, mas estamos procurando coibir, de uma maneira equilibrada, aquilo que faz mal à sociedade – observou Crivella.

### Punição

Conforme o projeto (PLS 148/03), a fiscalização ficará a cargo dos estados e do Distrito Federal, que poderão aplicar as seguintes sanções: multa entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil; suspensão temporária da atividade comercial; cassação da autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade; e interdição, total ou parcial, além de outras de natureza civil ou penal.

O relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), destacou

que o propósito da iniciativa é diminuir o número de acidentes provocados por condutores embriagados.

– Parece evidente que o fato pernicioso em si é o consumo de bebida alcoólica em posto de combustível. O condutor irá consumir a bebida e em seguida romper marcha com o veículo, pouco importando se foi, ou não, nele adquirida.

### Avanço

Na discussão, vários senadores se posicionaram favoráveis ao projeto. Na opinião de Aloizio Mercadante (PT-SP), a iniciativa é um avanço no sentido de coibir a comercialização de bebidas alcoólicas. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) observou que lei similar no Canadá reduziu “drasticamente” o número de acidentes causados por embriaguez. Já para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), não só a aprovação da matéria, mas também a discussão do assunto no Senado, constituem-se em importante instrumento para difundir a necessidade de se proibir o consumo de álcool entre os jovens.

Por sua vez, Almeida Lima (PMDB-SE), único senador a votar contra o projeto, afirmou que

a lei será inócua, por não atacar o problema de frente. Para Almeida Lima, o que é preciso é restringir as propagandas que incentivam o consumo de álcool e obrigar os condutores de veículos a se sujeitarem a exames para aferir o teor alcoólico no sangue.

– Eu queria saber se algum parlamentar tem coragem de apresentar projetos nesse sentido. Eu gostaria de ver a prestação de contas de campanha de todos os políticos que receberam recursos de indústrias de bebidas alcoólicas.

Embora tenha votado favoravelmente, Valter Pereira (PMDB-MS) disse que são necessárias medidas mais radicais para se combater o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Jefferson Péres (PDT-AM) destacou que deveria ser proibida a venda de qualquer tipo de bebida alcoólica nos postos de gasolina e não apenas as destiladas ou cuja temperatura permita que seja consumida imediatamente.

Aprovada em decisão terminativa, a matéria seguirá logo ao exame da Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado.

## Conselho do FAT pode ganhar nova competência

Os senadores da Comissão de Justiça aprovaram ontem parecer favorável a projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) que inclui entre as competências do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) a aprovação e o acompanhamento da execução de plano de trabalho de requalificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública, bem como os da educação básica.

De acordo com a proposta (PLS 251/07), para realizar o plano de requalificação, o Codefat poderá realizar convênios e parcerias com os estados e também com os municípios e o Distrito Federal. O projeto, que altera o artigo 19 da Lei 7.998/90, ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ressaltou, em seu relatório, que é necessário compromisso social para garantir melhores condições de trabalho aos profissionais da segurança pública e da educação básica.

### Crime organizado

A CCJ aprovou ainda as emendas de Plenário nºs 26 e 27, de Marconi Perillo (PSDB-GO), a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que dispõe sobre a repressão ao crime organizado (PLS 150/06).

De acordo com a Emenda 26, incorre também nas penas para o crime organizado quem, por meio de quadrilha, intimidar ou influenciar testemunhas ou pessoas responsáveis pela apuração de infração penal. Já a Emenda 27 inclui entre as práticas de crime organizado a obtenção de vantagem em relação a transporte de valores ou cargas, bem como a receptação dolosa de bens.

Serys ressaltou que a matéria precisa ser aprovada com rapidez nos plenários do Senado e da Câmara para que o país possa ter um mecanismo mais eficaz de combate a organizações criminosas.

## CCJ acata decisão do Supremo sobre crime hediondo

A Comissão de Justiça aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de resolução que suspende a execução do artigo 2º, § 1º, da lei que dispõe sobre os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes

e drogas afins (Lei 8.072/90), julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela deliberação, fica suspensa a determinação de cumprimento da pena integralmente em regime fechado, conforme prevê aquele

dispositivo da lei.

Valter Pereira (PMDB-MS), que elaborou o projeto, afirmou que a decisão da corte “vai em direção contrária a todo o pensamento da sociedade, que quer medidas mais duras para o

combate à criminalidade”.

A CCJ aprovou também parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto (PLC 84/07) que autoriza a criação da Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

## Projeto facilita concessão de benefícios fiscais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem voto favorável do relator, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), ao projeto de lei que flexibiliza a tomada de decisões sobre a concessão e a revogação de benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Pela proposta (PLS 24/06), de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tanto a concessão quanto a revogação passarão a ser aprovadas por maioria qualificada de quatro quintos, pelo menos, dos secretários estaduais. De acordo com a lei complementar em vigor (LC 24/75), a concessão exige a manifestação unânime dos

representantes estaduais, mas a revogação pode ser feita pela vontade de quatro quintos dos secretários.

O projeto também estabelece que a revogação total ou parcial de benefícios relativos ao ICMS será considerada rejeitada se não for expressa e tacitamente ratificada pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das unidades da Federação.

Para Flexa Ribeiro, a atual legislação “fere de morte a autonomia federativa e praticamente inviabiliza a concessão de benefícios fiscais”.

O relator incluiu no projeto dispositivo determinando que o voto favorável dos quatro quintos dos secretários estaduais precisam ser ratificados pelo voto favorável da maioria simples dos representantes presentes, por região do país.

### Audiência pública

A proposta, considerada “muito complexa” pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), só foi aprovada depois que Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), comprometeu-se a realizar uma audiência pública, no âmbito da CAE, para aprofundar a discussão do assunto naquela comissão. Valadares retirou pedido de vista que provocaria o adiamento da votação.

– Essa questão é muito importante e pode contribuir ou não para a instalação de uma nova guerra fiscal – afirmou Valadares.

Aloizio Mercadante comprometeu-se a convidar para a audiência pública na CAE todos os secretários estaduais da Fazenda.

## Dívida fica restrita a apenas um órgão partidário

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que determina a responsabilidade exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tenha causado dano ou contraído dívida.

O projeto (PLS 564/07), que altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), também exclui a solidariedade de outros órgãos de direção partidária. A proposta recebeu decisão terminativa da comissão.

Com a mesma finalidade, o projeto acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 655-A do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) para estabelecer que a execução contra partido, especialmente a penhora eletrônica, seja efetuada somente contra o órgão partidário que tenha contraído a dívida executada. O código, de acordo com a proposta, recebe também novo inciso (XI, ao artigo 649) com o objetivo de impedir que recursos do fundo partidário – que são de origem pública – possam ser objeto de penhora.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), observou



Projeto de Jarbas Vasconcelos (à dir., atrás de Adelmir Santana) foi acolhido em decisão terminativa pela CCJ

que as atividades partidárias, especialmente em relação às campanhas eleitorais, são realizadas com relativa independência. Na opinião do parlamentar, é uma prática “abusiva” o fato de cobrar das direções estaduais e nacional dos partidos políticos as dívidas contraídas pelos diretórios municipais da legenda.

### Certidões

A Comissão de Justiça também acolheu voto favorável do relator ao projeto de lei da Câmara (PLC 20/04) que visa proibir a inserção de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhante em certidões de nascimento e de óbito. A proposta, de autoria do então deputado Elimar Máximo Damasceno, ainda será examina-

da em Plenário.

A proposição altera a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) e a lei que dispõe sobre serviços notariais e de registro (Lei 8.935/94).

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da matéria, explicou que a inserção dessas expressões humilha os cidadãos brasileiros e ressaltou que a própria Constituição federal não admite nenhum tipo de discriminação. O parlamentar observou ainda que as pessoas que não têm condições financeiras para pagar as custas de tais certidões sentem-se constrangidas a não requererem a gratuidade porque os documentos trarão a indicação de sua condição de pobres declarados.

## Proposta aprovada pela CAS depende de exame em caráter terminativo na Comissão de Educação



Lúcia Vânia apresentou projeto substitutivo na CAS: normas para proteger menor

## Menor só poderá trabalhar se estiver estudando

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a proposta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Trabalho Infantil que visa adequar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que se refere ao trabalho do menor, ao já estabelecido na Constituição. Além disso, insere dispositivos para disciplinar o trabalho dos menores de 18 anos e maiores de 14 anos, na condição de aprendiz. A legislação inova também ao determinar o tratamento legal para o menor que desenvolver atividade laboral em regime de economia familiar, para qual a idade mínima será de 12 anos.

A proposta (PLS 516/99) regulamenta o trabalho infantil para adolescentes maiores de 14 anos, impondo como condição a esse trabalho a frequência à escola, a duração do trabalho não superior a quatro horas e a garantia de direitos trabalhistas, entre outros requisitos. Pela CLT, o trabalho infantil era vedado somente aos menores de 12 anos, mas a Constituição de 1988 estendeu a proibição aos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, o que é permitido a partir de 14 anos.

O PLS 516/99 exige ainda que o trabalho praticado por esses menores não seja noturno, insalubre, perigoso ou penoso e proíbe que o adolescente faça horas extras. A proposta, que será agora examinada pela Comissão de Educação

(CE) em decisão terminativa, fixa multas para a empresa que empregar menores em desacordo com as normas estabelecidas na legislação, além de suspender empréstimos e financiamentos por instituições financeiras oficiais, bem como privar essas empresas de incentivo fiscal de tratamento tributário especial e de participar de licitações, entre outras punições.

Para oferecer maior proteção ao menor, os estabelecimentos hospitalares, públicos e privados, e os médicos ficam obrigados a comunicar às autoridades competentes as ocorrências de acidentes de trabalho envolvendo menores de 18 anos.

### Saúde

A CAS acolheu ainda dois requerimentos sobre realização de audiência pública. O primeiro, do senador Augusto Botelho (PT-RR), inclui a participação de um representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) na audiência pública destinada a debater a integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas no Sistema Único de Saúde (SUS).

O segundo requerimento, dos senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Papaléo Paes (PSDB-AP), requer uma audiência pública para discutir proposta de resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias.

Jane Araújo



Stephanes (E, com Neuto de Conto) diz que imagem do setor será recuperada

## Ministro Stephanes afirma que não há crise no setor leiteiro

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, negou que o setor leiteiro esteja passando por uma crise. Para ele, a fraude ocorrida com o leite no estado de Minas Gerais – que classificou de “criminosa” – foi de caráter “pontual”. O ministro previu que a imagem do setor será rapidamente recuperada.

Stephanes participou ontem de audiência nas comissões de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA); de Meio Ambiente (CMA); e de Direitos Humanos (CDH). No mês passado, a operação Ouro Branco, da Polícia Federal, desbaratou uma quadrilha montada em duas cooperativas de Minas Gerais, que adulterava o leite tipo longa vida com soda cáustica e água oxigenada. Segundo Stephanes, essas fraudes fizeram com que o ministério reavaliasse todo o sistema

de inspeção do produto.

Durante o debate, Kátia Abreu (DEM-TO) cobrou mais recursos para o combate às fraudes e contratação de maior número de fiscais. João Pedro (PT-AM) pediu punição exemplar dos responsáveis pela adulteração do leite, e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que as fraudes causaram graves prejuízos para todo o agronegócio brasileiro.

## PMDB fecha questão pela CPMF, mas quer carga tributária menor

Redutor na alíquota, isenção para quem ganha menos de R\$ 4.340 e deduções para o setor empresarial são algumas das condições impostas pelo partido, segundo seu líder

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), informou que o partido decidiu fechar questão pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2011.

Nota distribuída à imprensa após a reunião da bancada, porém, fala em “aprovação em tese”: desde que sejam tomadas outras medidas que sinalizem redução da carga tributária.

De acordo com Raupp, a posição dos senadores da legenda está condicionada ao cumprimento dos principais pontos da proposta anunciada pelo governo, como a ampliação do limite de isenção para quem ganha até R\$ 4.340 e deduções e isenções diversas para o setor empresarial. A isenção, segundo a nota, não poderá comprometer a arrecadação de estados e municípios. Conforme a proposta do governo, quem ganha entre R\$ 1.716 e R\$ 4.340 abaterá o gasto com a CPMF



Raupp prevê que a proposta final chegará ao que o PSDB pretendia na negociação

até o limite de R\$ 214 anuais do Imposto de Renda.

O PMDB também quer a garantia da aplicação de um redutor sobre a alíquota de 0,38%, que, na opinião do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), poderia ser de 0,02 ponto percentual, ou seja, para 0,36% no primeiro ano (2008). O redutor seria ampliado nos anos seguintes, em percentual a ser discutido. Valter Pereira (PMDB-MS), ressaltou que, para

assegurar os votos do PMDB, o governo precisa apresentar o quanto antes uma proposta de reforma tributária que de fato represente redução significativa da carga. Disse também que é necessário estabelecer um cronograma para a redução da alíquota.

A resistência maior em relação à CPMF no PMDB, afirmou Raupp, se concentra nos senadores Jarbas Vasconcelos (PE) e Mão Santa (PI). Ele salientou ainda que não há nenhuma previsão de punição para os senadores que desrespeitarem a determinação.

Raupp acrescentou que, nos termos definidos pela negociação, o imposto tem tudo para se tornar um tributo justo.

– Quase 80% dos brasileiros estarão isentos. A proposta vai chegar ao que o PSDB queria. E acredito que ainda há espaço para flexibilização – observou.

Jucá informou que o parecer de Kátia Abreu (DEM-TO) sobre a PEC da CPMF será apresentado na CCJ na segunda-feira, e deverá ser votado na comissão na terça.

## Viana: “Não é meu papel buscar votos para contribuição”

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que continua difícil a situação do governo para conseguir 49 votos na Casa a favor da prorrogação da cobrança da CPMF, mas observou que não é seu papel movimentar-se em busca desse apoio.

Referindo-se à decisão do PSDB de votar contra a contribuição, Viana salientou que, como oposição, os tucanos colocam-se muito bem perante a opinião pública na cobrança de uma revisão do sistema tributário, o que só dificultará a prorrogação

da CPMF.

Segundo Viana, cabe agora ao governo achar os caminhos da negociação política, sem fugir da ética, para convencer parte da bancada tucana a votar a favor da prorrogação da CPMF.

No seu entender, é preciso ampliar o entendimento de que a CPMF é uma contribuição a favor dos estados, do pacto federativo e do Brasil, porque consiste em R\$ 40 bilhões para investimento em saúde e programas sociais.

O senador disse que já conversou com o presidente da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), a respeito da votação da PEC que trata da prorrogação da CPMF.

– Ou seja, temos pela frente algum dias de disputa e debate entre as partes. O que importa na minha opinião é a afirmação das convicções, ou seja, que todos digam como pensam, como entendem esse imposto para a área social, suas posições ideológicas e partidárias. Partido forte, partido consolidado em convicções significa Congresso forte, significa democracia forte – frisou.

## Marconi Perillo dá 45 razões para o PSDB votar contra prorrogação

A CPMF foi criada, de acordo com Marconi Perillo (PSDB-GO), em um momento de crise econômica internacional e déficit nas contas públicas, mas é dispensável hoje, quando o país vive em estabilidade econômica e registra superávits crescentes. O senador apresentou, em Plenário, 45 razões para a bancada do PSDB se posicionar contra a PEC que prorroga a contribuição.

A primeira delas, de ordem ética, seria atender a um apelo popular contra a renovação do tributo, respaldado por 1,1 milhão de assinaturas encaminhadas ao Congresso pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Outra motivação nesse sentido é “repelir eventuais barganhas políticas destinadas a viabilizar a aprovação de uma matéria de interesse do governo Lula”.

Do ponto de vista político, Marconi afirmou que o fim da CPMF impediria o “desvio progressivo de parte de sua arrecadação para programas assistencialistas”. Na perspectiva técnica, o senador



Marconi aponta motivos éticos, políticos e técnicos para a decisão de seu partido

disse que a contribuição é um imposto injusto, que estimula a concentração tributária, já que não é partilhado com estados e municípios. Além de defender uma ampla reforma tributária para desonerar a sociedade brasileira, Marconi cobrou a aprovação de projeto de lei, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal para limitar os gastos da União.

Em apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN) apoiaram o discurso.

## Presidente da Fundação Banco do Brasil nega déficit na entidade

Em depoimento à CPI das ONGs, o presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena, negou que a entidade tenha apresentado déficit de R\$ 35 milhões no balanço de 2005, em resposta a Alvaro Dias (PSDB-PR).

– A fundação opera sem fins lucrativos, e não como empresa. Ela é mantida com recursos do governo. Poderia ser considerado déficit se tivéssemos aplicado em projetos mais recursos do que teríamos recebido de nossas fontes. Isso não aconteceu – disse.

Ao ser indagado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Pena afirmou que, em dezembro de 2004, o BB doou R\$ 40 milhões à fundação, destinados ao orçamento financeiro do ano seguinte. Como a

execução do orçamento de 2005 gerou despesas contábeis naquele exercício, mas parte dos recursos que lhe deram lastro foi apropriada como receita no exercício anterior, um déficit de R\$ 34,5 milhões foi registrado pela contabilidade da fundação.

Pena contestou ainda afirmações sobre gastos de R\$ 11 milhões em cartões corporativos, e de R\$ 31 milhões em viagens. Ele atribuiu os valores a um equívoco no Relatório de Gestão de 2005, em que uma legenda teria sido expressa incorretamente em milhares, e não em unidades de real.

Também ontem a CPI aprovou a convocação de autoridades e especialistas para debater o funcionamento das ONGs no país.

Leopoldo Silva

## Invasão de ferrovia da Vale do Rio Doce por sem-terra provoca polêmica

A invasão, ontem, da Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, no Pará, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o tema de acalorado debate no Plenário. Alguns senadores exigiram que o poder público tome as medidas necessárias para promover a desocupação, enquanto outros alertaram para o perigo de uma ação policial contra os invasores.

O assunto foi abordado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo ele, os invasores, que estariam mascarados, mantiveram funcionários da empresa como reféns por meia hora. O senador leu trecho de liminar concedida pela Justiça Federal em outubro, quando a empresa foi alvo de ação semelhante. Conforme o documento, os governos federal e do Pará deveriam disponibilizar os efetivos policiais necessários para promover a desocupação. Flexa Ribeiro disse que a ordem foi descumprida.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou a manifestação de Flexa Ribeiro e questionou se o MST, por conta de suas

ações, poderia ser ainda considerado como um “movimento social”. Virgílio ainda criticou o governo por não reprimir a invasão de propriedades alheias.

### Falência

Mário Couto (PSDB-PA) advertiu para o fato de que a Vale do Rio Doce poderia encerrar suas atividades no Pará em razão das invasões que vem sofrendo – o que, conforme o senador, causaria a falência do estado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a culpa pela violência no campo não deveria ser atribuída nem ao MST nem aos proprietários rurais, mas ao governo, por não impor sua autoridade e por ter feito “a instrumentalização partidária do MST”.

Já o senador João Pedro (PT-AM) defendeu a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e elogiou a forma como ela vem tratando a questão, segundo ele, “com firmeza e serenidade”. José Nery (PSOL-PA) defendeu os trabalhadores que invadiram a ferrovia, explicando que a ação foi uma forma de protestar contra a ausência da Vale do Rio Doce nas negociações sobre seus pleitos.

## Centrais sindicais lançam a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora

A Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras três centrais sindicais lançaram ontem a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, que acontecerá no dia 5 de dezembro. As principais reivindicações são: redução da jornada de trabalho sem corte no salário, mais e melhores empregos e o fortalecimento da seguridade social e das políticas públicas. Após o evento, realizado no Auditório Petrônio Portela, os sindicalistas encaminharam a pauta de reivindicações ao presidente interino do Senado, Tião Viana, e ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Segundo o presidente da CUT, Arthur Henrique da Silva Santos,

a redução da jornada de trabalho é um ponto importante para a geração e a formalização de empregos e, também, para que a produtividade das empresas possa ser compartilhada com os trabalhadores de uma forma mais justa. De acordo com Arthur Santos, são esperados para a marcha cerca de 50 mil trabalhadores.

Para o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), outros pontos a serem destacados são a criação e a melhoria de empregos. Ele considera que o trabalho infantil e o trabalho escravo representam a precariedade da estrutura do mercado de trabalho brasileiro, atrapalhando o desenvolvimento do país.

Comissão Diretora da Casa decide informar, na página da instituição na internet, destinação dada aos R\$ 15 mil disponibilizados aos parlamentares mensalmente

# Senado divulgará prestação de contas de verba indenizatória

A Comissão Diretora do Senado decidiu ontem começar a divulgar na página da instituição na internet a prestação de contas da verba indenizatória de R\$ 15 mil que cada senador recebe mensalmente. O presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC), celebrou a decisão como mais um passo do Legislativo no seu propósito de ter mais visibilidade diante da sociedade.

– Foi um avanço consistente porque foi pautado, refletido e decidido por todos – frisou.

Sobre a extinção da verba indenizatória, Tião Viana disse que irá conversar com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para mostrar que existe um sentimento contrário à verba indenizatória em sua origem. Conforme o senador, “ela pode simular uma situação de mascarar salário, o que é muito ruim para a instituição”.

Viana observou que, no Senado, os parlamentares desejam que essa verba tenha um disciplinamento



Tião Viana celebra decisão como mais um passo na transparência do Legislativo

definitivo, sem margem para dúvidas. Em sua opinião, a maioria encara a divulgação como um grande passo em favor da imagem do Legislativo e do próprio parlamentar.

Quando ao risco de os líderes engavetarem e protelarem a decisão, o senador afirmou que “é muito pequeno”. De acordo com Viana,

“o entendimento que teremos com os líderes é apenas um ajuste de consideração com eles, para que não se manifeste a impressão de isolamento entre a Mesa e os dirigentes dos partidos”.

### Direito

Segundo o presidente interino do Senado, a verba indenizatória nunca deveria ter existido. Mas ele ressalta que não se pode aniquilar o direito do parlamentar de ter (com esse dinheiro) seu movimento próprio em visita a seu estado.

– O parlamentar sério trabalha aqui no Congresso e trabalha no estado, visitando os municípios, discutindo com a população e colhendo subsídios para o debate no processo legislativo.

Concretamente, disse Tião Viana, a verba indenizatória começa a ser divulgada na internet nos próximos dias, talvez na próxima semana – ou no próximo mês, como aventou Alvaro Dias (PSDB-PR), 2º vice-presidente do Senado, primeiro a deixar a reunião.

## Recursos para despesas ligadas ao exercício do mandato

A verba indenizatória foi instituída no Senado pelo Ato 3 da Comissão Diretora, em 2003. Ela é destinada ao pagamento de despesas mensais realizadas pelo senador com aluguel – de imóvel, de veículos ou de equipamentos –, material de expediente para escritório, locomoção e outros gastos diretos e exclusivamente relacionados ao exercício da função parlamentar.

Ainda de acordo com o ato da Comissão Diretora, não terá direito à verba indenizatória o senador que se afastar do exercício do cargo para ocupar a função de ministro de Estado, de governador de território, de secretário de estado, do Distrito Federal, de território, de prefeitura de capital ou de chefe de missão diplomática temporária, entre outros casos.

## Senadores apóiam decisão de mostrar as contas

Durante as votações de ontem, senadores manifestaram seu apoio à decisão da Comissão Diretora de divulgar na internet a prestação de contas da verba indenizatória de R\$ 15 mil que cada parlamentar recebe mensalmente. O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), disse que a decisão pode evoluir para o fim dessa verba, que seria incorporada ao salário dos parlamentares na sua equiparação com a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Também congratularam pela decisão os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Papaléo Paes (PSDB-AP), Mário Couto (PSDB-PA), Ideli Salvatti (PT-SC), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN).



Segundo Marcelo Crivella, Supremo já o absoluiu por falta de provas documentais

## Crivella diz que já foi inocentado da acusação de remessa ilegal ao exterior

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu-se ontem da acusação de remessa ilegal de divisas ao exterior feita em matéria publicada pela revista *Veja*. De acordo com o parlamentar, o Supremo Tribunal Federal já o absoluiu dessa acusação, “por falta de provas documentais”.

O parecer pelo arquivamento

do processo foi proferido pelo ministro Ricardo Lewandowski, mas Crivella fez questão de observar que o caso se encerrou sem a objeção do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza – até porque o suposto crime já havia prescrito.

– Este procurador não é “engavetador de processos” como

os do passado. Este mandou 40 para o banco dos réus, incluindo parlamentares, ministros e outras autoridades – assinalou Crivella.

O senador pelo Rio de Janeiro chamou a atenção para o fato de que “essa matéria requentada” sempre volta à imprensa quando se aproxima uma eleição. Ele é

candidato à prefeitura do Rio no ano que vem e disse acreditar que a fonte da matéria é um integrante do Ministério Público de São Paulo interessado em deturpar sua honra.

– Não sou covarde nem tenho medo deles – afirmou Crivella, com o apoio do senador Magno Malta (PR-ES).

# Homenagem à memória de Tebet

O Plenário homenageou ontem o ex-senador Ramez Tebet, falecido em novembro do ano passado e que completaria 71 anos. Tebet, que representava o estado de Mato Grosso do Sul, presidiu o Senado entre 2001 e 2003. Compuseram a Mesa o governador do estado, André Pucinelli (PMDB), e os filhos do ex-senador, Rodrigo e Simone Tebet, prefeita de Três Lagoas (MS), cidade natal do homenageado. Também compareceram prefeitos, vereadores e deputados estaduais de Mato Grosso do Sul. O requerimento para a realização da sessão foi apresentado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), que assumiu o mandato



O ex-senador Ramez Tebet faria 71 anos

no lugar de Tebet na condição de primeiro suplente.

Valter Pereira elogiou a conduta de Tebet durante sua carreira como político, e atribuiu a ele medidas como a criação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e a Lei de Falências, da qual o ex-parlamentar foi relator.

Ramez Tebet nasceu em 7 de novembro de 1936. Formou-se em Direito e foi promotor público em Três Lagoas. Em 1975, assumiu a prefeitura do município e, em 1986, elegeu-se governador de Mato Grosso do Sul. O ex-senador exerceu ainda os cargos de deputado estadual e de ministro da Integração Nacional.



No Plenário, Márcio Sampaio, José Luiz, Efraim, Agaciel e Edson Duarte

## Senadores saúdam os dez anos do Programa Interlegis

Os dez anos de criação do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo foram comemorados ontem em sessão especial no Plenário do Senado, presidida pelo 1º secretário da Casa, Efraim Moraes (DEM-PB). Integraram a mesa da homenagem o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) José Luiz Lupo; o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Márcio Sampaio; além do embaixador Edson Duarte Monteiro.

Efraim elogiou a dedicação e o esforço de todos os que contribuíram para a trajetória de sucesso do Interlegis, instituição que, segundo ele, assumiu a difícil tarefa de interligar todas as casas legislativas do país, “dotando o Legislativo de condições para apoiar a consolidação da democracia no Brasil”. O senador destacou ainda a importância do apoio prestado pelo BID e a continuidade da parceria na próxima fase do programa, denominada Legislativo Eletrônico, que tem por objetivo “levar a todas as casas legislativas os resultados obtidos até aqui”.

### Idealizador

Expedito Júnior (PR-RO) afirmou ser necessário lutar pelo constante fortalecimento e pela ampliação das atividades do Interlegis. Ele destacou que a ocasião deve servir para uma reflexão sobre os rumos do Parlamento. Também prestou homenagem ao idealizador do Programa Interlegis, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães.

José Nery (PSOL-PA) saudou os que participaram do processo de criação

do programa e observou que o acesso à informática tem viabilizado uma maior representatividade da população e incentivado o acompanhamento das ações dos parlamentares.

### Auditório

O auditório do Interlegis recebeu ontem o nome de Antonio Carlos Magalhães, falecido no dia 20 de julho deste ano. O evento fez parte das comemorações dos dez anos do Programa Interlegis, lançado em 17 de novembro de 1997, durante a primeira gestão do ex-senador na Presidência do Senado.

– Antonio Carlos foi alguém que devotou muito da sua vida à causa chamada Poder Legislativo brasileiro – declarou o presidente interino do Senado, Tião Viana.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), filho do homenageado, destacou a tradição do Senado em inovar, com a criação do Prodasen; da rede de comunicação própria, integrada pela TV, a Rádio, a Agência e o **Jornal do Senado**; com a Universidade do Legislativo (Unilegis); e também com a concepção do Interlegis. Ele ressaltou a sabedoria e a experiência do pai ao prestigiar as casas legislativas municipais.

O autor do projeto que permitiu a renomeação do auditório do Interlegis foi Expedito Júnior, que manifestou sua alegria por ser esta a primeira proposição legislativa de sua autoria aprovada pelo Senado.

Em discurso no Plenário, Efraim Moraes considerou justa a homenagem a Antonio Carlos, que “marcou profundamente a vida política nacional e a história do Senado”.

### TIÃO VIANA

Ao iniciar a sessão em homenagem a Ramez Tebet, o presidente interino do Senado, Tião Viana, lembrou a saudade deixada pelo parlamentar.

– A ausência física denota a lacuna que não pode ser preenchida. Permanece, contudo, a imagem de alguém que soube ser grande nas pequenas coisas, preciso na palavra certa e modelar nos gestos irreprensíveis – disse Viana, que exaltou a habilidade política de Tebet e sua capacidade de ser firme sem ser deslegante.

### VALTER PEREIRA

“Ouçó a campanha tocar, alertando-me sobre o meu tempo, mas o que está tocando é a campanha do meu coração. Permita-me! Eu não quero parar.”

Em 17 de outubro de 2006 – um mês antes de falecer –, o senador Ramez Tebet pedia à Mesa mais tempo para concluir aquele que seria seu último discurso. Valter Pereira, idealizador da homenagem nos gestos irreprensíveis – disse Viana, que exaltou a habilidade política de Tebet e sua capacidade de ser firme sem ser deslegante.

### VALDIR RAUPP

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), ressaltou as afinidades que descobriu ter com o falecido senador Ramez Tebet.

– Éramos correligionários e defendíamos com garra, com convicção, as cores do nosso PMDB. Estivemos juntos em muitas batalhas, em muitas trincheiras. Só temos a lamentar o fato de o destino tê-lo levado tão precocemente. Fica, porém, o exemplo de sua caminhada – assinalou o parlamentar.

### PEDRO SIMON

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet “foi uma das pessoas mais corretas, mais puras e mais dignas” que conheceu na vida pública. Ele lembrou que Tebet foi um dos senadores que mais relataram projetos, particularmente os mais difíceis. Também enfatizou seus pronunciamentos da tribuna, em momentos também de conflito, nos quais ele apontava o caminho do entendimento. E acrescentou que Valter Pereira “honra o mandato que foi de Tebet”.

### MARISA SERRANO

“Dizem que o poder não muda as pessoas, mas apenas as revela: acho que o poder revelou quem era Ramez Tebet.” Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), Tebet sempre foi uma pessoa amiga, companheira e que adorava “um dedo de prosa”. Um homem que marcou a história de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Um exemplo a ser seguido pela atual e também pelas futuras gerações.

– Nos últimos meses, me espelhei muito na vida de Ramez Tebet – afirmou.

### MÃO SANTA

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), Ramez Tebet era “um homem de vergonha, decência e virtude”. Com o exemplo deixado pelo peemedebista Tebet, o senador disse acreditar que o partido persistirá no desejo de acertar.

– Nós sabemos da luta do PMDB, mas nos valem os pelos mortos, pois os vivos que estão aí são vivos demais – afirmou Mão Santa, ao ressaltar que o suplente de Tebet, Valter Pereira, tem que votar como ele votaria: pela pátria e pela democracia.

### PAPALÉO PAES

“Ramez Tebet foi um exemplo de homem público.” A afirmação foi feita por Papaléo Paes (PSDB-AP), ao opinar que Tebet notabilizou-se não apenas como um defensor incansável do seu estado, mas como um senador preocupado com o padrão ético do Senado e do país.

– Ele cobrou postura ética e punição para os corruptos e ladrões – disse Papaléo, ao frisar que Tebet faz falta em momentos importantes do Parlamento, como o da decisão sobre a CPMF.

### MARCELO CRIVELLA

Marcelo Crivella (PRB-MRJ) louvou Ramez Tebet por ter dedicado sua vida ao trabalho e ao culto da bondade, da liberdade e do respeito. Ele declarou que via no ex-senador um homem empenhado na “defesa dos valores fundamentais da pátria”. Lembrou que, instantes antes da morte de Tebet, vítima de um câncer, fez com ele, por telefone, uma oração.

– Estou certo de que Tebet fechou os olhos para vislumbrar nos horizontes infinitos a esperança – disse.

## Líderes relembram o ex-presidente do Senado

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou quando Ramez Tebet havia sido eleito para presidir o Senado e um grupo de deputados o

insultou na tentativa de inviabilizar sua autoridade. Tebet, com todas as saídas laterais possíveis no Plenário da Câmara, decidiu “enfrentar os

grosseiros manifestantes”.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os exemplos são tão necessários que devem ser cultivados.

O líder do DEM, José Agripino (RN), classificou Tebet como um grande companheiro e um homem que teve preferências sem ter rejeições.